

MEMÓRIA DA OFICINA TERRITORIAL VI: QUILOMBO PAIOL DE TELHA RESERVA DO IGUAÇU – PARANÁ

OBS: A OFICINA OCORREU
NO ASSENTAMENTO LOCALIZADO EM GUARAPUAVA

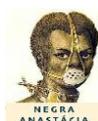


OFICINAS FORMATIVAS E INFORMATIVAS PARA
CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES DE GESTÃO TERRITORIAL E
AMBIENTAL QUILOMBOLA GTAQ

18, 19 e 20 de Abril de 2018



CASA CIVIL



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS



MINISTÉRIO DA
CULTURA



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Esta memória apresenta um resumo dos principais momentos e resultados preliminares do trabalho desenvolvido na oficina ocorrida no assentamento Paiol de Telha nos dias 18, 19 e 20 de Abril. Trata-se de documento parcial em processo de construção.

Participaram desta oficina os quilombolas de Paiol de Telha, representantes quilombolas de outras comunidades do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, representantes da Conaq, de órgãos governamentais e a equipe de execução.

PARTICIPANTES

PARANÁ		
NOME	QUILOMBO	MUNICÍPIO
Adalberto Guimarães	Paiol de Telha/ assentamento	Guarapuava
Adelino Miguel Santos	Paiol de Telha	Guarapuava
Adriana Morato dos Santos	Córrego do Franco	Adrianópolis
Amazonas Antonio de Jesus Batista	Santa Cruz	Ponta Grossa
Amazonas Antonio J.B. Júnior	Santa Cruz	Ponta Grossa
Ana Maria de Oliveira	Paiol de Telha/ Fundão	Reserva do Iguaçu
Antonio de Jesus	Paiol de Telha	Guarapuava
Arildo Portella de Moraes	Palmital dos Pretos	Curitiba
Arismael Rodrigo Karam	Paiol de Telha	Guarapuava
Divonzir Manoel dos Santos	Paiol de Telha/ assentamento	Guarapuava
Elito Ferreira Carneiro	Família Xavier	Castro
Eliziane Andrade Mattos	João Surá	Adrianópolis
Géssica Soares dos Santos	Paiol de Telha/ assentamento	Guarapuava
Gisele dos Santos	Paiol de Telha/ assentamento	Guarapuava
Isabel da Cruz Santos	Paiol de Telha/ Fundão	Reserva do Iguaçu
João Maria de Oliveira	Paiol de Telha/ Fundão	Reserva do Iguaçu
João Maria Soares	Paiol de Telha/ assentamento	Guarapuava
João Ribeiro	Paiol de Telha/ assentamento	Guarapuava
Josefa R. dos Santos	Paiol de Telha/ Fundão	Reserva do Iguaçu
Júlio Cezar Rocha Viane	Paiol de Telha/ assentamento	Guarapuava
Laura Rosa	Gramadinho	Dr Ulysses
Leonardo C. Soares da Cruz	Paiol de Telha/ assentamento	Guarapuava
Manoel Ferreira dos Santos	Paiol de Telha	Pinhão
Maria Clara de Oliveira	Paiol de Telha/Fundão	Reserva do Iguaçu
Maria da Luz Santo	Paiol de Telha	Guarapuava
Marli Rosa	Gramadinho	Dr Ulysses
Matheus de Lima Marques	Paiol de Telha/ assentamento	Guarapuava
Mauri Soares de Macedo	Paiol de Telha	Guarapuava
Nelson de Jesus Carneiro	Família Xavier	Castro
Orivaldo Ferreira dos Santos	Paiol de Telha/ assentamento	Guarapuava
Santino Peniche de Mattos	João Surá	Adrianópolis
Sérgio Mattos	João Surá	Adrianópolis
Silmara Ap. Xavier Carneiro	Família Xavier	Castro
Urubatan Sebastião Buffren	Paiol de Telha/ assentamento	Guarapuava
SANTA CATARINA		
Edson Luiz de Souza	Invernada dos Negros	Campos Novos
Edson José Lopes Camargo	Invernada dos Negros	Campos Novos

RIO GRANDE DO SUL		
Davison Soares Pereira	Quilombo dos Alpes	Porto Alegre
Tereza de Jesus da Silva	Quilombo Armada	Canguçu
Teresinha Aparecida Lopes Paim	Rincão dos Martinianos	Restinga Seca

EQUIPE DE EXECUÇÃO	
NOME	INSTITUIÇÃO
Ana Maria Santos da Cruz	Ponto focal do Quilombo Paiol de Telha
Antonio de Jesus dos Santos	Quilombo Paiol de Telha
Ciane Proença	Quilombo Paiol de Telha
Claudionor	Quilombo Paiol de Telha
Dilvo Deque	Quilombo Paiol de Telha
Djankaw Matheus Marques	Quilombo Paiol de Telha
Erondi Marques	Quilombo Paiol de Telha
Ivy Wiens	Instituto Socioambiental - ISA
Jaira Marques Lima	Quilombo Paiol de Telha
José Vicente	Instituto IDS
Juliano Nascimento	Instituto Socioambiental - ISA
Katia Penha	Negra Anastácia
Leonardo Camargo Cruz	Quilombo Paiol de Telha
Liliana Mari Lino Pires	Instituto IDS
Manuel Alves	Quilombo Paiol de Telha
Marcia Nogueira Franceschini	Ministério do Meio Ambiente - MMA
Maria Carolina Felício Silva	Parceira da comunidade – registro videofotográfico da oficina
Maria da Luz Oliveira	Quilombo Paiol de Telha
Maria Vanda Viana Alves	Quilombo Paiol de Telha
Maurício Fabiano Biesek	Instituto Socioambiental - ISA
Raquel Pasinato	Instituto Socioambiental - ISA
Romilda Moraes Camargo	Quilombo Paiol de Telha
Rosa Camargo Cruz	Quilombo Paiol de Telha
Rosa Celestrino	Quilombo Paiol de Telha
Sandra M. Silva Andrade	CONAQ
Vanessa Nayan Marques	Quilombo Paiol de Telha
REPRESENTANTES DO GOVERNO, MEMBROS DO GT E OUTRAS INSTITUIÇÕES	
Edi de Freitas	Fundação Cultural Palmares
Vilma Francisco	Fundação Cultural Palmares
Lidiane Amorim	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Walter Steenbock	Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade
Mauro Jacob	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PRIMEIRO DIA

18 DE ABRIL

ABERTURA

A mística de abertura foi realizada no Barracão Cultural Paiol das Artes, localizado no assentamento Paiol de Telha, onde convivem famílias quilombolas e assentados. O grupo de jovens e crianças, sob a coordenação de Vanessa Nayan Marques, Djankaw Matheus Marques e Leonardo Camargo Cruz, ao som de percussão, apresentaram coreografia. No início, foi feita a representação de Exu (ou Esu), orixá africano que representa a abertura de caminhos, a comunicação, e que está mais próximo dos prazeres da Terra. Na sequência, veio a performance entre caboclos e baianas, inspirado em memórias e reminiscências de corporeidades e territorialidades aquilombadas. A performance traz também elementos da cultura local, como a Recomenda das Almas, cantada/rezada como um traço de uma das comunidades.



Foto 1: mística de recepção aos participantes da oficina

Djankaw falou que, historicamente, a sociedade branca europeia que colonizou o país tenta transformar o que vem dos negros em coisas negativas, e um exemplo disso é o tratamento dado ao candomblé, religião de matriz africana que é alvo de muito preconceito. Se coisas boas são plantadas, coisas boas nascem. Leonardo fala sobre o racismo e a reprodução da exploração, que acontece até os dias atuais, onde os negros e pobres são direcionados a estudos técnicos e profissões

para servir a alguém, de preferência longe de seus territórios ancestrais, enquanto os descendentes de europeus estudam para engenheiros, exercem cargos de chefia e se apropriam de terras. “Nós não vamos sair do nosso território para, de novo, sermos mão de obra do colonizador”, disse Leonardo, se referindo à luta e resistência da comunidade pela terra.



Foto 2: Djankaw Lima Marques durante a abertura

Os participantes se dirigiram à tenda de reunião, onde foi montada mesa de boas vindas, formada pelos seguintes representantes:

- 1) Adalberto Guimarães – coordenador geral da comunidade Paiol de Telhas, que deu as boas vindas aos presentes
- 2) Claudionor de Almeida – coordenador do assentamento
- 3) Raquel Pasinato – coordenadora do Programa Vale do Ribeira do Instituto Socioambiental, que explicou que o ISA está responsável pela organização das oficinas, e desejou bom trabalho a todos

4) Edi de Freitas – Fundação Cultural Palmares, que ressaltou que o órgão surgiu por pressão e demanda do movimento negro durante as discussões para a aprovação da Constituição Federal

5) Márcia Franceschini – SEDR/MMA, secretaria responsável pela agenda relacionada ao extrativismo, e que vem tocando a agenda da gestão territorial ambiental quilombola. A secretaria entende o território quilombola como uma área protegida.

6) Celso Alves de Araújo – Secretário Municipal de Meio Ambiente, desejou a todos três dias de muito sucesso. Entende que o servidor público deve levar informação. Recente processo de formação com juventude no Paiol de Telhas, implantando quatro projetos comunitários relacionados à saneamento ambiental e sementes crioulas. Outros editais para gestão de resíduos. Pequenas iniciativas que foram possíveis, em conjunto com a Secretaria de Educação.

7) Walter Steenbock– ICMBio, ressaltou que a conservação da natureza só é possível com o respeito à diversidade cultural. Muito interessante começar a conversa com a apresentação que foi feita por jovens suscitando a reflexão sobre racismo e território.

8) Professora Terezinha – vereadora, faz parte do sindicato dos servidores estaduais de educação e ocupa uma vaga na Câmara. Está lutando pela criação do Conselho Municipal de Igualdade Racial, com apoio dos quilombolas, mais um mecanismo para o acesso às políticas públicas e melhorias, convidou a todos para participarem de Fórum de Educação para a Igualdade Racial, dia 22 de junho.

9) Lidiane Amorim – INCRA, da Coordenação Nacional de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA, desejou bom trabalho a todos.

10) Kátia Penha – CONAQ, ressaltou que são mais de 20 anos de luta e, desde 2013, o movimento tem investindo nessa agenda sobre gestão territorial ambiental quilombola.

11) Doraci Senger Luis- Secretária Municipal de Educação, desejou bom trabalho a todos.

12) Diego Jecchio– diretor do Colégio Estadual Dom Pedro I, desejou bom trabalho a todos.

13) Ana Maria Santos da Cruz – ponto focal do Quilombo Paiol de Telha no processo de discussão da GTAQ, deu as boas vindas a todos. Explicou que Paiol de Telha se divide em 4 núcleos, o que dispersou a comunidade. Assentamento foi criado para enganar o povo negro quilombola, em 1998. Trouxeram 64 famílias quilombolas e colocaram aqui. Trouxeram os negros de seus territórios, que estavam acampados nos barrancos, que estavam “envergonhando” os governos. Mas, o nosso povo, não aceitou, voltaram ao território original. Quinze

dias depois, retiraram todos de lá novamente, o que aconteceu outras três vezes. Domingos Gonçalves dos Santos e sua família ficaram oito anos na beira do barranco, falecendo nesse local, aos 86 anos. 230 famílias foram para a cidade, dispersos em 14 bairros; no assentamento, ficaram 32 famílias; 110 famílias se mudaram para Pinhão. Na Mesa Nacional de Regularização Fundiária, em 2014/2015, Ana Maria cobrou do INCRA a assinatura do reconhecimento da comunidade. Órgãos públicos ofereceram 43% do território original, comunidade não aceitou. Foi liberado recurso, que está empenhado, para o pagamento dos ocupantes irregulares. A burocracia impede que o processo vá adiante! Enquanto isso, ocorre a briga na Justiça, famílias ocupam 168 hectares do território original sem nenhum tipo de acesso à política pública, e infraestrutura (água, energia, moradia). Este evento era para acontecer lá, mas não há condições de recebê-lo. O povo segue sofrendo, enquanto saem carretas e carretas de soja produzidas pelos ocupantes não quilombolas. Ainda precisam ouvir “por quê preto quer terra, se é vadio?”. No inverno, faz 5 graus negativos, e o povo mora em barraco de lona. Sua sobrinha Isabela, que cursa direito, contou a ela sobre embate com professora, pois questionou a Constituição Federal, que diz sobre os direitos básicos, mas que nunca chegaram aqui. Em Guarapuava estão os quatrocentões, quatro/cinco famílias que dominam os recursos do município. Vivemos isso dia-a-dia, a luta pela terra, muitos dão a própria vida, queremos nosso direito à voz e ao território. Vamos lutar na justiça por essa terra. Receberam a visita ontem do Secretário Estadual de Assuntos Fundiários, acompanhado da polícia, comunidade disse que só haveria diálogo se fossem ao território ocupado e se a regularização fosse feita no território reconhecido pelos quilombolas. No Paraná, os russos, alemães e holandeses têm mais direito do que os negros. “Seguiremos lutando”, finalizou Ana Maria.

DIÁLOGO COM REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Kátia (CONAQ) conduz a roda, falando sobre o processo da GTAQ, e explica que Ana Maria é o ponto focal representando esta região. Esta oficina é de formação e informação, com pessoas das comunidades e de governos, então, deve ser uma troca. No planejamento destas oficinas, foi sugerido pelos pontos focais que houvesse momento em que os representantes de governo ouvissem as comunidades presentes. Neste momento, os representantes de governo falarão sobre a atribuição de seus órgãos, e ouvirão dúvidas e necessidades das comunidades.

Mesa com representantes de Órgãos Federais

Edi de Freitas – Fundação Cultural Palmares

Lidiane Amorim – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Marcia Nogueira Franceschini – Ministério do Meio Ambiente

Mauro Jacob – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Walter Steenbock – Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade

Rodada de perguntas

Os principais temas abordados nas falas quilombolas dirigidas à mesa foram:

- 1) regularização fundiária do Quilombo Paiol de Telha, no acampamento Fundão
- 2) contaminação dos recursos hídricos por pulverização de veneno, no Quilombo Paiol de Telha
- 3) crime ambiental com o corte de vegetação nativa por ocupante irregular no Quilombo Invernada dos Negros
- 4) escola fechada em parte do território do Quilombo Invernada dos Negros, onde há demanda por educação quilombola
- 5) processos que envolvem a retirada das comunidades de seus territórios são rápidos e violentos, mas a retomada dos territórios tradicionais e a retirada de ocupantes irregulares são morosos
- 6) cadastros dos territórios quilombolas no Sistema de Informações do Público da Reforma Agrária – SIPRA
- 7) cadastro dos territórios quilombolas, feitos pelos municípios, para acesso às demais políticas públicas
- 8) especulação imobiliária resultando em assassinatos e pressão sobre quilombos urbanos no Rio Grande do Sul
- 9) descaso de diversos órgãos públicos no atendimento de demandas das comunidades quilombolas.
- 10) violência contra as comunidades, com ameaças de morte e assassinatos



LINHA DO TEMPO

Kátia disse que precisamos da oralidade dos participantes para não perdermos os marcos de nossa história, que contribuirá com a construção da política.



artigos 215 e 216, que falam sobre patrimônio cultural.	acampamento no barranco, fundão (Paiol de Telha)	Invernada dos Negros, pela FCP.	2007 Publicação do Decreto 6040, sobre a política nacional de povos e comunidades tradicionais.
	1996 Fundação da Conaq	2005 a 2009 Muitas conferências para controle social de políticas públicas, possibilitando que muitas comunidades tiveram a oportunidade de se conhecer e articular.	2007 Titulação do Quilombo Urbano Chácara das Rosas, em Porto Alegre.
	Destruição dos barracões históricos dos escravos no Quilombo Família Xavier, em Arapotí/PR.		
	1997 – laudo antropológico feito pela UFSC, sobre Paiol de Telha	2005 Titulação do Quilombo Silva, comunidade urbana em Porto Alegre.	2007 Decreto 6261, que criou a Agenda Social Quilombola.
	1998 No 2º governo de FHC é publicado decreto que dizia que, para ser titulada, a comunidade precisava comprovar 100 anos na terra.		2008 Mobilização quilombola em Brasília em defesa do decreto 4887/03
Criação do assentamento Paiol de Telha, com 64 famílias		Primeira votação da ADI, Cezar Peluzzo vota pela inconstitucionalidade, Rosa Weber pede vistas.	
1998 a 2002 – FCP tem a responsabilidade de reconhecer e titular, mas não de desintrusar (não receberam título definitivo).			

2009 à 2012

2009
Titulação do Quilombo Rincão dos Martinianos

20/11/2009
Trinta decretos de reconhecimento de quilombos são assinados.

2013 à 2015

2013
Criação do 1º GT Interministerial sobre CAR e Gestão Territorial Quilombola.

Eleição de nova diretoria no Quilombo Invernada dos Negros/SC, retirando a

2016

Criação da Mesa Nacional de Regularização Fundiária, em alguns Estados as superintendências também ativaram mesas.

Criação do GT sobre

2017 à 2018

2017
Elaboração de cartilha sobre GTAQ, a partir da minuta de diretrizes.

2018
Em 8 de fevereiro o STF vota, por 10 x 1, a constitucionalidade do

2010 Elaboração e publicação da Cartografia Social de diversas comunidades quilombolas do Paraná.	associação das mãos de José Maria Gonçalves de Lima, capitão do mato que vendeu terras ao agronegócio	Gestão Territorial Ambiental Quilombola. MMA apóia a execução de cinco projetos, em Entre Rios/MA, Matinha/MA, Itamatatiua/MA, Brejão dos Negros/SE, Tapuia/BA.	decreto 4887/03. Apesar da boa notícia, os órgãos de implantação das políticas para quilombos não têm recursos.
Publicado o Estatuto da Igualdade Racial	2014 Publicação da portaria do território do fundão/ Paiol de Telha.	2º GT GTAQ	2º ciclo de oficinas de GTAQ
2012 Volta à pauta do STF a votação da ADI Quilombola.	2015 a 2016 1º ciclo de oficinas sobre GTA, em seis territórios, e dois encontros nacionais, sendo realizadas em Campinho da Independência/RJ, Alcântara/MA, Brejo dos Criolos/MG, Lago dos Campinhos/SE, Kalunga/GO e Oriximiná/PA, que culminou na elaboração da minuta base para o processo.	Golpe político no Brasil, desestabilizando toda a estrutura governamental de políticas voltadas às comunidades quilombolas.	Eleição na Invernada dos Negros/SC, que possibilitou a retomada do território que estava nas mãos do agronegócio e o retorno de 83 famílias.
Publicação da nova lei florestal, com a instituição do Cadastro Ambiental Rural (CAR).			
Primeiras áreas tituladas na Invernada dos Negros.			

SEGUNDO DIA

19 DE ABRIL

Raquel apresenta o ISA, que é uma organização não governamental com forte atuação com povos indígenas, especialmente na Amazônia, e, pelo Programa Vale do Ribeira, trabalha com quilombos há quase vinte anos. Nossa parceria com a Conaq vem daí. Concorremos ao edital para executar este ciclo de discussões sobre gestão territorial ambiental e esperamos trazer nossa experiência com quilombos e indígenas, para contribuir na construção dessa política.

O QUE É GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA?

Quando falamos de gestão territorial ambiental, do que se trata? Na cartilha que os participantes receberam são apresentados alguns conceitos construídos no primeiro ciclo de oficinas. Vamos conceituar?

Cochicho de duplas: o que é amor? Depois do cochicho, a plenária é questionada se é fácil definir, se todos falaram a mesma coisa, e não, foram várias as definições. Quando falamos de território, é a mesma coisa, e quando qualificamos, por exemplo, “território indígena”, “território ribeirinho”, também surgem diferenças. Mas, o que vocês entendem por “território quilombola”?

- Espaço de inclusão social
- Espaço, cultura e resistência, diversidade e características próprias
- Resistência religiosa e cultural
- Manutenção dos costumes
- Cura, benzimento, saberes dos antepassados
- Renascer o quilombo
- Comunidade com seus costumes ancestrais e atuais
- Respeito aos mais velhos
- Coletividade, oralidade
- Resgate de histórias dos antecedentes
- Saberes dos antepassados
- Quinhão de grandes terras que tem seus costumes antigos, e suas características atuais, porque a tecnologia avança também nesses locais
- Terra, lugar, casa, espaço
- Respeito à natureza
- Quilombolas cuidando do Brasil afora
- Ensinamentos e tradições dos antepassados para cuidar da terra e das águas
- Cada quilombo tem suas características
- Conservação ambiental no quilombo é mais difícil

E o que entendem por “gestão territorial ambiental quilombola”?

- Maneira de viver, modo de viver
- Respeito ao solo sagrado

- Roça de toco/ pousio como forma tradicional de cuidar da natureza
- Cuidado com o futuro, passando aos filhos essas noções
- Articular os modos de vida e conhecimento no território
- Manter áreas de preservação ambiental
- Respeito às fases da lua
- Resgate da coletividade
- Solidariedade
- maneira de produzir coletivamente
- Trocas de produtos e serviços entre famílias
- Mulheres tomando a frente em atividades como a pesca, plantio, colheita e outras atividades
- Festejos, que reúnem as pessoas e estão se perdendo
- Respeito à decisão coletiva
- Respeito ao grupo de pessoas escolhidas para a tomada de decisão
- União entre comunidades quilombolas, uma ajudando a outra
- A retomada do território, após processo de expulsão, demanda muito trabalho para resgatar a tradição
- A sociedade atual é mais individualista, e isso afeta os quilombos
- Resgate da ancestralidade
- Conhecimento sobre as ervas
- Valorização dos griôs da comunidade
- Manter a juventude no quilombo, valorizando a tradição
- Envolver crianças e juventude nas atividades cotidianas, misturando trabalho e diversão
- Parteiras e benzedadeiras, que estão desaparecendo
- A vida coletiva facilitava a chegada da informação, isso está se perdendo. “Antigamente era mais fácil a gestão, a comunicação era mais fácil, moravam todos juntos. Fazer a comida, matar os bichos, comer junto, já era um valor, o que refletia na gestão. A cultura do individualismo é mais forte hoje em dia, lotes, cercas, é mais difícil a conversa sobre plantar e colher coletivamente.”



Raquel comenta que tudo o

que foi levantado mostra o conhecimento ancestral e como ele orienta sobre o cuidado com o território. A lua para plantar, o conhecimento sobre os rios, sobre a vegetação, sobre o pousio da roça de toco. O conhecimento de que não se pode extrair tudo, para que não se acabe, o maejo. O jeito de cuidar e de decidir sobre o território é a gestão territorial. O processo de tomada de decisão é a gestão.

Temos vários exemplos sobre como as comunidades vêm fazendo isso, e como estão resolvendo os desafios. Como recuperar as águas, as nascentes? Já existem discussões nos territórios, existem parceiros.

Entendendo alguns conceitos...



GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL (GTA)

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL é entendida como um processo de planejamento do território com base na **valorização dos modos de vida e no uso sustentável dos recursos naturais**.

Parte do princípio de que os sistemas naturais e os sistemas sociais são interdependentes e não podem se desenvolver separadamente. Ou seja, a organização social, cultural e econômica dos quilombos está associada aos recursos naturais, assim como a sua manutenção se dá graças a essas práticas e aos conhecimentos tradicionais (Cartilha, Pg.30);

- **A GTA envolve o TERRITÓRIO**, e por isso, o planejamento abrange muitos aspectos da **VIDA NO TERRITÓRIO** que estão interligados. Envolve planejar o uso dos espaços para moradia, para práticas religiosas, educativas e culturais; o uso dos ambientes de trabalho (a terra, as matas, os mangues, as águas), as formas de proteção do território contra ameaças externas; a saúde das pessoas, dos animais, das plantas, do ambiente.
- É a forma que uma comunidade, decide organizar seu território, depois de planejar suas ações, e definir como **quer usar e cuidar do seu lugar, buscando equilíbrio com a conservação da natureza**. A gestão deve ser feita pelas pessoas da comunidade e coloca em prática o planejamento.
- **Processo de Tomada de decisão - baseado em um planejamento**. Criar, com base na avaliação da situação atual, um plano de futuro para o território e a vida no território.

Diferentes processos de tomada de decisão dos atores sociais, econômicos e institucionais de um determinado âmbito espacial, sobre a apropriação e uso dos



Vamos pensar alguns exemplos...

A decisão por determinado caminho e por determinada ação é baseada em que?

Ou o que levamos em conta para tomar uma decisão?

Exemplo 1

Quando a comunidade quilombola precisa decidir onde serão construídas as casas do projeto de habitação que chegou para o quilombo o que vai ser considerado na escolha do local?



-loais onde tenha água disponível; locais que tenha algum tipo de acesso para o deslocamento dos moradores;

- locais onde não seja preciso uma grande interferência na vegetação para construir a casa;

-ou um local onde se possa construir uma vila próxima à escola;

O que está por trás dessas escolhas são coisas importantes para o território, que pensam no bem estar da coletividade: **disponibilidade de água,**

estradas/deslocamento, evitar o desmatamento, acesso à escola.

Exemplo 2

A associação quilombola tem apenas uma parte do território disponível para uso e o restante ainda está na mão de terceiros. A associação precisa elaborar com as famílias uma distribuição justa dos espaços disponíveis para cultivos, para que todas as famílias possam plantar uma roça. No momento dessa conversa é preciso levar em conta: quantas famílias, que tipos de áreas existem (abertas, com vegetação, solo fértil ou terra arrasada). Também considerar o que os agricultores pretendem plantar, avaliar se os plantios individuais ou os coletivos, no caso de poucas áreas qual é mais vantajoso?



O que está por trás dessas escolhas são coisas importantes para o território, que pensam no bem estar da coletividade: **a segurança alimentar, a geração de renda, a distribuição justa das áreas disponíveis, a situação ambiental dos locais de plantio;**

Exemplo 3:

Quando as pessoas da comunidade precisam retirar algum recurso do seu território para uso, como uma madeira para casa, uma castanha para comer e vender, um cipó para trançar um cesto ou uma armadilha de peixe. A escolha do

local de coleta e a definição da quantidade a ser coletada, bem como do jeito de coletar (manejo) é realizada com base no conhecimento do quilombola sobre aquele recurso, sobre sua disponibilidade (se tem muito ou se tem pouco), sobre a melhor lua para coletar, a época e a quantidade que pode coletar, considerando deixar um pouco para os animais, um pouco para que as plantas se reproduzam novamente.



O que está por trás dessas escolhas são coisas importantes para o território, que pensam no bem estar da coletividade: **preocupação com o manejo; cuidado a conservação dos os recursos para que não acabem; cuidado com os animais; conhecimento tradicional/cultura material e imaterial.**

Isso é gestão Territorial e Ambiental!

RELATO DE INICIATIVAS EM GESTÃO TERRITORIAL AMBIENTAL QUILOMBOLA

Márcia fala sobre chamada pública em 2016 para projetos de GTA Quilombola, onde foram recebidas 60 propostas do país todo, sendo 5 delas apoiadas, totalizando R\$470 mil. Três deles eram do Estado do Maranhão.

Apresentou iniciativa em Matinha, região com muitas quebradeiras de côco babaçu. Para acessar os recursos, as quebradeiras estão limitadas para acesso aos seus recursos, por cercas elétricas colocadas por fazendeiros criadores de búfalo. No projeto, fizeram discussões sobre direitos quilombolas, oficinas de cartografia social e diagnóstico rápido participativo, encontros entre comunidade e gestores públicos, elaboração de protocolos comunitários do extrativismo do babaçu e da pesca, e criação de associação das comunidades quilombolas do município. Conseguiram criar a Mesa Quilombola Estadual para regularização fundiária.

Outro projeto foi executado em Brejão dos Negros/SE, onde a comunidade teve sua renda comprometida pela salinização do rio São Francisco. Construíram, então, um centro comunitário para extração de óleo de coco da Bahia, atividade desenvolvida pelas mulheres. Rodas de conversa e elaboração de livretos de contos e cantigas associados ao mangue, e mapa participativo usando instrumentos da cartografia social.

Márcia diz que é preciso solicitar ao Ministério que abra novos editais, mandar e-mails/cartas, fazer contato. Mais da metade dos projetos enviados não tinham a documentação da associação em dia, e não poderiam receber recursos. Recomenda que as comunidades mantenham sua documentação em dia, para aproveitar esses editais rápidos.

Os participantes fizeram cochicho sobre iniciativas de gestão que vêm em seus territórios. Foram citados diversos exemplos.

a) Educação

- receber escolas no território para conhecer o quilombo
- conversar com professores da rede oficial, para subsidiar conteúdo em sala de aula e para que os alunos quilombolas se identificassem na escola
- PRONATEC, em parceria com universidade, para cursos

b) Gestão administrativa

- experiências de acesso à crédito que geraram dívidas para os associados
- importância de uma gestão forte e competente da associação, para lutar pelos direitos e estabelecer parcerias

c) Recuperação de nascentes

- parcerias para capacitação técnica e captação de recursos para a recuperação de nascentes, reduzindo o problema de falta de água

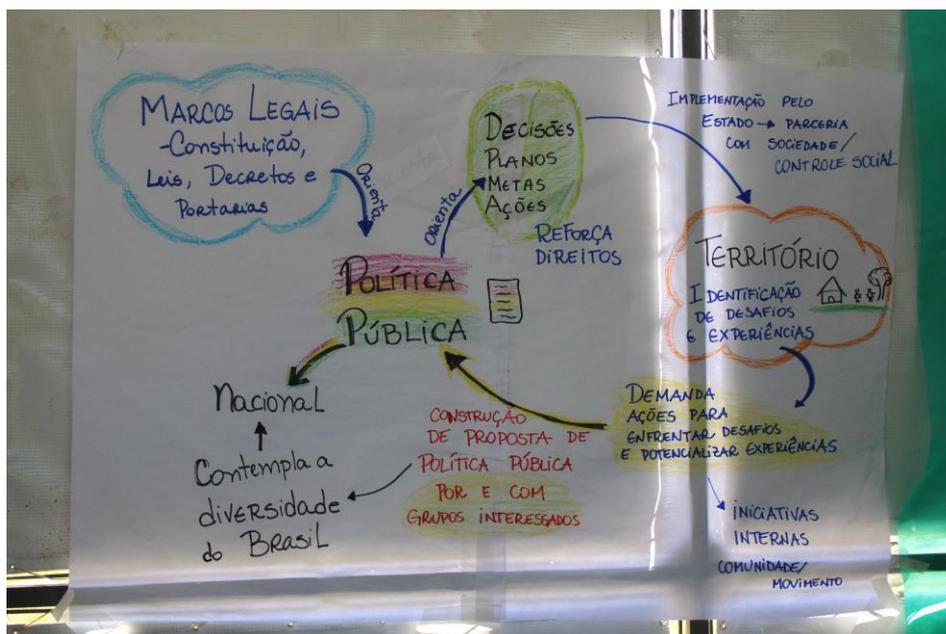
d) Mobilização

- exemplo de união entre associações quilombolas de diversos municípios do Estado do Paraná e São Paulo, no Vale do Ribeira, numa luta de 28 anos contra a construção da UHE Tijuco Alto.

O QUE É UMA POLÍTICA PÚBLICA?

Ivy iniciou esta etapa fazendo uma reflexão sobre como as demandas do território geram necessidades de elaboração de políticas. Reforçou que as experiências já

estão acontecendo e isso pode contribuir para a elaboração da política. Já existem os marcos legais, toda legislação que já foi contruída que é a base para pensar uma política pública. Ela pode ser contruída em vários níveis: estadual, municipal e federal e, no caso da GTAQ, será nacional e precisa contemplar a diversidade dos territórios quilombolas. Nesse caso, a política é uma construção dos quilombolas e para os quilombolas para a proposição de diretrizes nacionais de gestão. A implementação envolverá a elaboração dos planos, as metas e ações. A implementação da política precisa ser monitorada pelo controle social da sociedade, e no caso dos quilombolas a GTAQ vai ter que atender as demandas e ser implementada e monitorada pelos quilombolas do Brasil.



APRESENTANDO A PNGATI: POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA

Ivan Bribis Rodrigues, representando a ARPINSUL e a APIB, organizações de base dos povos indígenas. Nascido em Tamaré, mora atualmente numa aldeia kaingang em Rio das Contas. Representa os indígenas do Paraná no Conselho Nacional de Povos Indígenas. Ao longo da oficina, observou muitas similaridades entre as demandas quilombolas e a indígena, especialmente a regularização fundiária.

Entre 1898 e 1905, as terras indígenas do Paraná foram decretadas, com a definição de seus limites. Meados dos anos 40/50, reduziram esses territórios, por conta da expansão agrícola. Algumas foram reduzidas em 90%. Quando falamos sobre demarcação, há enfrentamento com empresários, fazendeiros, bancada ruralista. O discurso desses segmentos sobre 13% do território nacional ser ocupado por TI's, não considera a realidade regional e local. Nos Estados do Sul, nem 1% do território são TI's. Na atualidade, o território paranaense comporta cerca de 0,05% de terras indígenas. São 86 mil hectares para quase 50 mil pessoas, não dá um módulo fiscal por família. 56 mil hectares disso estão em 3

TI's. Há TI com 2 hectares! Povo guarani foi expulso para a construção da usina de Itaipú, e muitos estão em áreas urbanas, sendo penalizados por qualquer coisa, inclusive, recentemente, um indígena foi preso por cortar bambu no parque. Etnia kaingang já foi a terceira maior do Brasil. Existem muitas diferenças entre o próprio povo.

Arrendamento de áreas é um tema complicado e que vem sendo discutido entre os indígenas, a pressão é grande, e a bancada ruralista vê um prato cheio nisso. Parlamentares da região Sul são dos que mais atacam os povos indígenas. Onde vive, cerca de 400 alqueires são desmatados para uso, o resto é tudo floresta, sendo que o território tem 17 mil hectares.



Quando falamos de política de gestão territorial e ambiental, devem ser consideradas as diferenças de formato de território, de recursos naturais (por exemplo, as nascentes dos rios que passam em seu território são fora). Sistemas de mutirão, cultura, etc, são coisas que também são valorizadas nos territórios, e também tem o desafio da juventude. Participou de várias formações regionais e nacionais. Duas terras indígenas receberam investimentos federais para a PNGATI, uma terra guarani e outra em Mangueirinhas. Indígenas e quilombolas sempre fizeram a gestão de seus territórios, mas esse investimento, troca de conhecimento, planejamento, é interessante para a implantação. Muito pouco de ações práticas. Maiores áreas de araucárias do mundo estão em terras indígenas, ou seja, a presença de povos tradicionais é positiva para a conservação. É natural, está no sangue. Mantemos sementes ancestrais indígenas. Tivemos períodos de proibição de rituais, que estão sendo resgatados e fortalecidos, para manter a cultura. Isso traz visibilidade. Muito preconceito.

Cerca de 90% dos alimentos que consumimos tiveram contribuição indígena para sua domesticação, os europeus teriam morrido de fome se não fossem os índios. Preconceito do próprio governo em relação aos povos que estão em

idades. O êxodo rural que foi provocado, e que o movimento dos sem terra tenta reverter, ainda tem consequências, a terra está nas mãos de poucos e a reforma agrária não acontece. Há uma hierarquia dentro da aldeia, com cacique escolhido pelo potencial de articulação, conselheiros, responsáveis por temas, normas internas. Conhece casos em que indígenas que foram condenados pela justiça comum por crimes de baixa complexidade, e que suas penas foram cumpridas de acordo com as regras internas das comunidades.

Ivan diz que as organizações regionais surgiram antes da nacional e tiveram participação forte na construção da política. De um lado, o governo discute a PNGATI, e de outro discute a PEC 215 e o marco temporal. A mobilização e articulação proporcionados pelo processo de discussão são importantes. Mas há que se ficar desconfiado quando governos criam regras. Ouviu os relatos de ontem e lembrou muito do povo guarani, que estão em situação parecida com a dos quilombolas.

Com certeza as capacitações foram importantes para isso, usou de exemplo o enfrentamento com as represas em licenciamento na bacia do rio Tibagi. Enfrentamos problemas com PCHs. Em 2006 conseguimos indenização de R\$15 milhões por empreendimento desse tipo. Visitamos projetos pelo Brasil de áreas que também foram indenizadas, e viram experiências boas e ruins. Em sua comunidade, o resultado foi ruim, deixou a comunidade individualista, criou vícios de necessidades, de diárias. Se o dinheiro fosse usado para regularização fundiária teria sido melhor. Sobre compensação, há o ICMS Ecológico por conservação de áreas no Paraná, é algo a ser verificado sobre como se aplicaria nos territórios quilombolas.

A política vem valorizar o que já fazemos há muito tempo, mas não dávamos o nome de gestão territorial ambiental. Agradece o convite, nunca havia estado em um quilombo, desejou que dê certo essa iniciativa e que ela venha a partir dessas discussões, do que é justo e de direito.

QUAL A RELAÇÃO ENTRE PNGATI E GTAQ?

Kátia diz que, recuperando nossa linha do tempo, que mostra a história da luta, e ouvindo a fala do Ivan, podemos fazer várias reflexões. A política quilombola no Brasil é muito recente. Só a partir da Constituição Federal se abre o leque para efetivarmos nosso direito. Sempre buscamos, em nossas ações, a defesa da titulação da terra. A política quilombola parece estar sempre muito amarrada, dependendo de muitos ritos.

Fazemos essa gestão há muito tempo, se não fizessemos, as comunidades não existiriam mais. Como agora, em 2018, com essa conjuntura política no Brasil, 3.051 comunidades certificadas num horizonte de 6 mil no Brasil, sendo 1% da população do Brasil, conseguiremos construir uma política forte? Ela tem que ser feita da base, talvez caminemos mais 38 anos, mas temos que pensar olhando para o futuro.

Sua implantação vai depender da nossa luta, da nossa pressão, de tirarmos o sapato engraxado, colocar o chinelo e mandar ver. Devemos refletir sobre como

seguiremos nessa mobilização e articulação, para efetivarmos a política que está em construção, depois que esse ciclo de oficinas for finalizado em junho.

TERCEIRO DIA

20 DE ABRIL

VISITAS DE CAMPO

As visitas de campo foram realizadas na tarde do dia 19, sendo relatadas pelos participantes no início dos trabalhos do terceiro dia.

Grupo 1) Visita à cachoeira do Paiol

Destaque:

Local de representatividade religiosa para as famílias que seguem religião de matriz africana. Tem potencial para atividades de turismo. Em projeto desenvolvido na comunidade, foi realizada a sinalização do local, mas que precisa ser refeita. Na visita, falou-se sobre como as coordenações e diretorias das associações discutem o turismo como alternativa de renda para a comunidade. Discutiu-se sobre a alimentação para eventos e recepção de turistas, como exemplo o refrigerante, que é pedido pelos visitantes.

Grupo 2) Visita à fonte de água, horta do senhor Orivaldo e escola comunitária

Destaque:

Visita à fonte de água, que abastece algumas famílias, além do centro comunitário, a escola e a panificadora. A comunidade mostrou projeto desenvolvido por eles para proteção da nascente, com parceiros, e que, a partir desse projeto, oito nascentes estão protegidas dentro do território. Comunidades presentes de Paraná e Rio Grande do Sul falaram que levarão esse modelo a seus territórios, por ser de baixo custo e poder contribuir com fontes que estão ameaçadas em suas comunidades.



Também foi visitada a horta do senhor Orivaldo, que contou como fez a mesma e os desafios no início da produção. Disse valer muito a pena, pois entrega para a merenda escolar, e esses alimentos são orgânicos, saudáveis, sem veneno. Explicou sobre como faz adubação com composto. Depois foi feita conversa na casa de Vanessa, que mantém uma escola improvisada na área, sobre educação de jovens e adultos, e os presentes relataram dificuldades dos mais velhos, que várias vezes foram enganados por não saberem ler, que deve haver mais incentivo para essas políticas de EJA, para alfabetização de jovens e adultos.

Grupo 3) Visita à casa da Maria da Luz e do Dilvo
Destaque:

Foi observada a roça e a diversidade de sementes crioulas. Roçado de feijão com cinco variedades diferentes e milho, experiências de consorciamento de cultivares (mandioca, milho, feijão), pasto em formação para vacas leiteiras e resfriador, plantio de gengibre, açafrão, batata salsa e couve, quintal com espécies frutíferas e medicinais. Saberes relacionados à criação, como uso de plantas para cura dos animais, artesanato de crochê e retalhos, bateção do feijão com cambau e troca de experiências sobre agricultura em outros territórios dos participantes da visita. Envolvimento da família no trabalho da roça, e do jovem da família na transmissão do conhecimento tradicional por meio de atividades de lazer.

CONTEÚDO GERADO PARA CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES DA GTAQ: DESAFIOS, EXPERIÊNCIAS E ESTRATÉGIAS

Grupo 1) Integridade do território e Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

Desafios

- Titulação das terras;
- Ameaças de terceiros/ interesses de arrendamento e agronegócio;
- Falta de informação/ conhecimento sobre o processo de regularização;
- Após titulação com o retorno aos territórios as pessoas que estavam fora do contexto de luta trazem problemas para o território;
- Assessorias/ pessoas que ganham a confiança dos quilombolas e acabam prejudicando o território;
- Conflitos internos -> falta entendimento do “coletivo”;
- PCH no território do Paiol;
- Pinus no território de João Surá;

- Agrotóxicos -> pulverização aérea e contaminação da água, acaba com as abelhas;
- Pesca predatória;
- Envolvimento da juventude;
- Perda da religiosidade de matriz africana;
- Racismo religioso, perseguição nos terreiros;
- Ameaças à saúde – falta de acesso ao território limita o acesso a plantas medicinais;
- Água envenenada, nascentes aterradas, falta de acesso à água e nascentes sem proteção florestal;
- Projetos da FUNASA parados no Estado de Santa Catarina;
- Falta proteção para as nascentes, a água fica suja e causa doenças;
- Superar o racismo que tem no Sul do Brasil que define como “Sul branco”, sem povos e comunidades tradicionais, quebra do “mito da branquitude do Sul”;
- Mata nativa foi degradada em Invernada dos Negros e Paiol;
- Racismo estruturante;
- Não tem coleta de lixo nas comunidades.



Proposições

- 1) Trabalho de conscientização para as comunidades trazendo a informação sobre a problemática do uso (arrendamento);

- 2) Ter uma proteção jurídica que regule sobre o processo -> também algo para penalizar o terceiro;
- 3) Elaboração de protocolos comunitários para a proteção do território e empreendimentos;
- 4) Fortalecer as associações e os regimentos internos;
- 5) As associações colocarem “limites” para as “assessorias”;
- 6) Todo empreendimento que afete os territórios quilombolas deve passar pelo processo de consulta livre, prévia e informada conforme a Convenção 169;
- 7) Revisão da Instrução Normativa do INCRA que orienta o processo de titulação;
- 8) Elaboração de plano com orçamento para regularização fundiária;
- 9) Promover processos de informação e apropriação das informações sobre normas, leis, regras que regem os territórios;
- 10) Fomentar processos de registro do patrimônio cultural, de todo o conhecimento sobre plantas medicinais- fortalecer as farmácias naturais;
- 11) Proibição da prática de pulverização aérea;
- 12) Proibir a pesca predatória nos territórios;
- 13) Fortalecimento, resgate e reconhecimento da religiosidade de matriz africana dentro dos territórios com envolvimento da juventude;
- 14) Tombamento dos terreiros como patrimônio imaterial;
- 15) Práticas religiosas, recomendas e mastros;
- 16) Fortalecer as práticas de cura tradicionais (rendidura), reconhecimento das parteiras e benzedeadas.
- 17) Parcerias (municipais, estaduais e federais) com fiscalização para garantir investimento em proteção/ recuperação de fontes e nascentes;
- 18) Garantir investimento do Estado para construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental- PGTA mesmo antes da Política de GTAQ;
- 19) Planos e propostas que considerem as questões regionais (diversidade e realidade de opressão e invisibilidade dos quilombolas do Sul/ negritude/ questão racial);
- 20) Enfrentamento ao racismo no Sul do Brasil (no restante do país também);
- 21) Fiscalização ambiental do território feita pela própria comunidade (formação de agentes ambientais e investimento);

- 22) Criar um plano de proteção dos territórios quilombolas;
- 23) Reforço para que os municípios cumpram a Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluindo o atendimento às comunidades quilombolas e atendendo às suas especificidades;
- 24) Incentivar planos e projetos de reciclagem;
- 25) Projetos de recuperação das áreas degradadas nos territórios retomados;
- 26) Investimento em projetos para cultivos em pequenos espaços (hortas), para geração de renda e acesso à PNAE (merenda escolar);
- 27) Fortalecimento do PRONERA como ferramenta para a luta e para ajudar na Assistência Técnica às comunidades;
- 28) Fazer o CAR coletivo de todos os territórios quilombolas com Consulta Livre, Prévia e Informada.

Grupo 2 - Atividades Produtivas

Desafios

- 1) Maquinário não adequado à condição estrutural da comunidade.
- 2) Pulverização aérea de agrotóxicos pelos fazendeiros nos territórios.

Proposições

- 1) Priorizar as comunidades quilombolas em programas, ações de governo.
- 2) Considerar os saberes tradicionais quilombolas nas ações, programas, projetos com tecnologias apropriadas à realidade de cada local.
- 3) Promover capacitação da comunidade na utilização e multiplicação de tecnologias apropriadas, processamento, gestão financeira, comercialização relacionados à cultura quilombola e a realidade local.
- 4) Priorizar pessoas da comunidade para realizar capacitações reconhecendo os valores locais sem necessidade de títulos/certificados formais.
- 5) Valorizar e respeitar as técnicas tradicionais.
- 6) Garantir vagas nos municípios com territórios quilombolas para ocupação de cargos públicos de serviços executados nas comunidades.

- 7) Promover legislação específica e fiscalização com participação da comunidade para garantir que não haja impactos ambientais negativos no TQ (pulverização aérea, pulverização tratorizada, erosão genética, destruição de espécies nativas, monoculturas florestais) e se crie zona(s) de amortecimento.
- 8) Nos licenciamentos nas vizinhanças do TQ que haja redução/mitigação dos impactos ambientais.
- 9) Desburocratização dos dispositivos legais de interesse social (código florestal, lei da mata atlântica) para SAF's, roças tradicionais em APP.
- 10) Promover pesquisas e divulgação de práticas tradicionais agroecológicas, agrosilvipastoril.
- 11) Criar linhas de financiamento coerentes (considerando as sementes crioulas, período de carência, saberes tradicionais) com a realidade do TQ para atividades tradicionais agroecológicas quilombola.
- 12) Garantir que as políticas de reforma agrária sejam efetivamente destinadas às comunidades quilombolas.
- 13) Promover o acesso ao selo Brasil Quilombola, como uma forma de certificação de origem.
- 14) Adaptar a legislação sanitária para permitir a comercialização dos alimentos processados e in natura que respeitem as práticas tradicionais.
- 15) Promover e manter meios de escoamento da produção adequados à realidade dos TQ (estradas, aeroportos, portos, etc.).
- 16) Promover cursos de capacitação para geração de renda profissional que consideram a cultura e realidade quilombola.
- 17) Promover capacitação e instrumentalização para realização de turismo de base comunitária.
- 18) Promover capacitação e viabilizar formas de gestão coletiva da produção referenciados na economia solidária.
- 19) Promover a segurança alimentar valorizando e estimulando a produção e reconhecimento de sementes crioulas, agrobiodiversidade, criação de feiras de trocas e bancos de sementes.

- 20) Merenda escolar deve garantir segurança alimentar e os hábitos alimentares tradicionais utilizando produtos dos TQ, com pesquisa e resgate de alimentos e ervas tradicionais com nutricionistas e merendeiras da comunidade.
- 21) Divulgação e capacitação de órgãos públicos sobre política GTAQ.
- 22) Criar mecanismos para coibir assédio do agronegócio às comunidades quilombolas.
- 23) Promover projetos de recuperação de áreas degradadas que possam gerar renda (SAF's, extrativismo, frutíferas, etc.).
- 24) Valorizar os serviços ambientais tradicionais e transformar o pagamento por eles em políticas estruturantes sem isentar a obrigação do acesso aos direitos fundamentais.
- 25) Estimular o uso de tecnologias de energia limpa.
- 26) Promover a troca de experiências de produção e manejo entre quilombolas do mesmo território ou de territórios diferentes.

Grupo 3 – Organização, Cultura e Educação

DIRETRIZ

Territórios quilombolas incluem todos, independentemente do estágio de regularização fundiária.

EDUCAÇÃO

Proposições

1. Todos os processos educativos formais e informais devem considerar e respeitar a cultura e os saberes quilombolas.
2. Garantir/criar mecanismos para a contratação de professores quilombolas do próprio território.
3. Promover a formação superior de jovens quilombolas, com incentivos para o ingresso nas instituições públicas de educação (implementação de cotas), para custear os estudos e para o retorno e atuação de profissionais quilombolas nas comunidades.
4. Ampliar o programa bolsa permanência para estudantes quilombolas para mestrado e doutorado.

5. Criar cursos de formação superior base no sistema de pedagogia da alternância.

CULTURA

Proposições

1. Promover o fortalecimento e a revitalização da cultura material e imaterial quilombola dentro e fora dos territórios quilombolas, através da criação e divulgação de mecanismos específicos de apoio a ações planejadas e realizadas pelos próprios quilombolas (eventos culturais, registro de saberes e fazeres, inventários culturais, grupos culturais, etc.)

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Proposições

1. Garantir o assento para quilombolas nos conselhos municipais, estaduais e nacionais, com apoio governamental para o deslocamento e outros custos de participação.

2. Promover a formação política dentro dos territórios com envolvimento de mulheres e jovens e liderança em geral.

3. Promover acesso a informação sobre leis, políticas, programas e direitos dos quilombolas através de diversos meios de comunicação, com rádio, redes sociais, cartilhas, jornais, palestra, cursos, sites com linguagem adequada.

4. Implementação nos territórios de infraestrutura de comunicação, como ilhas digitais e outros instrumentos e formas.

5. Criar sistemas de monitoramento dos territórios contra danos ambientais, com infraestrutura, equipamentos e capacitações para as comunidades com formação e recurso financeiros para atuação dos quilombolas (garantir entendimento do órgão público sobre as especificidades de cada território para que o monitoramento seja para o bem das comunidades quilombolas).

6. Fomentar a articulação entre os territórios (nos diferentes níveis da federação – municipal, estadual, regional e nacional), com a apoio e recurso para a realização de eventos, priorizando sua realização dentro dos territórios.

7. Governo e outros autores que vem atuar no território devem respeitar o direito a consulta previsto na convenção 169 OIT.

8. Criar mecanismos para garantir que o acesso a recursos, benefícios, e projetos seja acordado no âmbito interno das comunidades/territórios, com tempo hábil e instrumentos adequados para a consulta e consentimento do coletivo.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Proposições

1. Fortalecer as diferentes formas de organização formal e informal dentro e fora dos territórios a partir da decisão e orientação dos próprios quilombolas, através de apoio, recursos, cursos e formações, intercâmbios e desenvolvimento de ações concretas.
2. Promover a formação em gestão das organizações internas.

Kátia fez a entrega de publicações sobre elaboração de projetos e prestação de contas. Na sequência, as comunidades representadas no debate apresentaram os representantes escolhidos para participarem do encontro nacional deste projeto, que acontecerá em Brasília de 23 a 25 de maio:

Paraná

- 1) Ana Maria Santos da Cruz, Quilombo Paiol de Telha, município de Guarapuava
- 2) Arildo Portella de Moraes, Quilombo Palmital dos Pretos, município de Campo Largo
- 3) Marli Rosa, Quilombo Gramadinho, município de Doutor Ulysses

Santa Catarina

- 1) Helena, Quilombo Vidal Martins, município de Rio Vermelho
- 2) Edson Camargo, Quilombo Invernada dos Negros, município de Campos Novos

Rio Grande do Sul

- 1) Davison Soares Pereira, Quilombo dos Alpes, município de Porto Alegre
- 2) Teresinha Aparecida Lopes Paim, Quilombo Rincão dos Martinianos, município de Restinga Seca

Foi feita avaliação, seguida dos agradecimentos e da entrega dos certificados.

As cozinheiras foram muito citadas, por toda a dedicação, e pelo acolhimento em todos esses dias.



Foi apresentada mística por Nayan, representando Yemanjá, o sagrado feminino e a força da mulher, encerrando os trabalhos com muita cantoria e energia positiva.

“África! Seu povo se levanta!”